



Fórum Brasileiro
de Economia Solidária

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

SCS Quadra 6 – Bloco A
Edifício Arnaldo Villares, Sala 514
CEP: 70.324-900 Brasília – DF

Fone/Fax: (61) 3965-3268
E-mail: forum@fbes.org.br
Página: www.fbes.org.br



X Reunião da Coordenação Nacional do FBES 18 a 20 de Agosto de 2011

Relatoria: Secretaria Executiva do FBES

Índice

Programação.....	3
1. Atividade pedagógica e análise de Conjuntura.....	4
Norte.....	4
Nordeste.....	5
Centro-Oeste.....	6
Sudeste.....	8
Sul.....	10
2. Balanço do triênio.....	11
GRUPO A: Linhas 2, 1 e 6 (Empreendimentos, Fóruns Estaduais e sustentabilidade).....	11
GRUPO B: Linhas 3 e 2 (Políticas Públicas e seus resultados para os empreendimentos).....	13
GRUPO C: Linhas 4 e 5 (Divulgação, movimentos sociais e relações internacionais).....	14
Organização dos elementos levantados no Balanço.....	15
Perspectivas levantadas.....	17
Questões que precisam ser aprofundadas no próximo período - “Toro de palpito”.....	18
3. Ato Político.....	20
4. Orientações Estratégicas 2012-2014.....	22
5. V Plenária.....	22
Alguns elementos de contexto em 2010-2013.....	22
Proposta de organização dos debates da V Plenária.....	23
Orientação política do movimento.....	23
Temas.....	23
Orientação das ações do movimento	23
Eixos.....	23
Organicidade do Movimento.....	24
Propostas de Tema Geral, a partir da sistematização.....	24

Indicativos metodológicos.....	24
6. Eleição da Coordenação Executiva e definição das Entidades Nacionais e GTs.....	25
Coordenação Executiva.....	25
Entidades Nacionais.....	26
Grupos de Trabalho (Gts).....	27
7. Avaliação.....	27
Informes.....	28
PL 865.....	28
Saída do Daniel da Secretaria Executiva.....	29
Integrantes da Rede de Gestores na Coordenação Executiva.....	29
Cabides da X Coordenação Nacional.....	29
Construir uma pauta da proposta de políticas públicas de Economia Solidária para entregar à SENAES no atual contexto.....	29
II Encontro Nacional de Empreendimentos Solidários.....	29
Incidência na COPA 2014 e Olimpíadas.....	29
Encaminhamentos.....	29
Data da próxima reunião da coordenação executiva nova com a antiga.....	29
Encaminhamento.....	29
Espaço por um Mercosul Solidário (EMS).....	29
Encaminhamento.....	30
Moção do CONSEA.....	30
Encaminhamentos.....	30
Anexos.....	31
1. Lista de Participantes da X Reunião da Coordenação Nacional.....	31
2. Linha do tempo do movimento.....	33
3. V Plenária Nacional de Economia Solidária: Proposição de temas a partir dos Fóruns Estaduais.....	36
Objetivos.....	37
Resultados esperados da V Plenária.....	38

Programação

Antecedendo a X Reunião da Coordenação Nacional do FBES, ocorreu a Marcha das Margaridas 2011, que contou com a presença de integrantes da Coordenação Nacional, num momento emocionante de expressão de milhares de mulheres do campo e da cidade, pelo "desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade".

Na sequência, entre os dias 18 a 20 de Agosto de 2011 ocorreu a X Reunião da Coordenação Nacional do FBES, (lista de participantes no Anexo 1) em Brasília-DF, com a seguinte programação:

	18/08/11 (quinta-feira)	19/08/11 (sexta-feira)	20/08/11 (sábado)
manhã	8h-10h: Mística de Abertura e Aprovação da Programação 10h-12h30: Atividade pedagógica e análise de conjuntura	8h-12h30: Balanço do Triênio <i>(Parte 2)</i>	8h-12h30: V Plenária <i>(Parte 2: tema, objetivos, eixos e agenda)</i>
	Almoço 12h30 - 14h		
tarde	14h-15h: Atividade pedagógica autogestionária e Análise de conjuntura <i>(cont.)</i> 15h-16h: PL 865 16:30h-18:30h: Balanço do Triênio <i>(Parte 1)</i>	14h-17h: Orientações Estratégicas 2012-2014 17h-18h30: V Plenária <i>(Parte 1: o que esperamos da V Plenária?)</i>	14h-16h: Eleição da Coordenação Executiva, redefinição das Entidades Nacionais e criação de Gts 16:30h-17h: Informes 17h-18h: Avaliação e Mística final
	Jantar 19h - 20h		
noite	19:30h-22h: Ato Político com movimentos sociais e governo (lançamento da <i>Campanha pela Lei da Economia Solidária</i>)	Atividade cultural	Retorno ao lar

1. Atividade pedagógica e análise de Conjuntura

Após a mística de abertura, que trabalhou coletivamente a linha do tempo do movimento de economia solidária, desde a década de 80 até o período atual (Segue no Anexo 2); as regiões desenvolveram a atividade pedagógica com a análise de conjuntura, com base nas orientações:

Acontecimentos: acontecimentos de maior importância e impacto para o movimento.

Cenários: o espaço ou clima social em que ocorrem os acontecimentos.

Atores: quem são os atores envolvidos, quais os papéis que são desempenhados no contexto por pessoas físicas e/ou jurídicas, classe ou grupos sociais que são ativos no processo. A ausência e/ou omissão de atores também muda o cenário e a correlação de forças.

Relação de forças: seja de confronto, coexistência ou cooperação, que estarão sempre revelando uma relação de domínio, de igualdade ou subordinação, não sendo algo imutável.

Corte conjuntural: na análise de conjuntura tem que ser percebido o tempo passado e futuro, ou seja, para refletir sobre certo contexto há necessidade de elementos temporais mínimos e perceber a relação entre as coisas, o movimento e o ritmo dos acontecimentos.

Norte

Acontecimentos

- Criação e proposição das leis estaduais;
- Consolidação das feiras micro regionais, municipais, estaduais e internacionais;
- Reestruturação dos Fóruns;
- Articulação Política;
- Criação dos Fóruns municipais e territoriais;
- Ampliação dos projetos para a Amazônia;
- Articulação com outros movimentos;
- Criação de Gt`s;
- Inclusão da economia solidaria no PPA dos estados.

Cenários

- Conflitantes e harmônicos;
- Avanço dos mega projetos: usinas, estradas, monocultura de expansão.

Atores

- Movimentos sociais;
- Gestores;
- Entidades de assessoria;
- Empreendimentos;
- Governos Federais, estaduais e municipais;

- Sindicatos rurais;
- Territórios da cidadania.

Relação de forças

- Partidárias;
- Cooperação;
- Igualdade;
- Confronto;
- Disputas de cargos, espaços e projetos: Projetos de sustentabilidades x desenvolvimentistas.

Corte conjuntural

- Apesar da diversidade partidária a região norte está conseguindo avanços significativos no âmbito do movimento de economia solidária. Ainda na lógica da última fronteira "integrar para não entregar".

Nordeste

Acontecimentos

- Crescimento do emprego formal no Brasil;
- Brasil 7º economia mundial: mercado tendendo ao monopólio (suprir carências no campo e cooptando negócios);
- Impacto dos mega-projetos, que sobrepõe interesses sociais, exemplo: PAC, transposição do São Francisco, Belo Monte – reação a esta ofensiva;
- Ações de distribuição de renda: bolsa família, programa de combate a pobreza;
- Aumento das importações chinesas;
- Incentivo ao consumo insustentável;
- Cooptação do governo do movimento social, retaliação a crítica;
- CFES ajudando na mobilização de alguns estados;
- Sistema Nacional do Comércio Justo - perspectiva da DAP da EcoSol.

Cenário

- Eleição Dilma: continuidade de projeto político;
- Frente Parlamentar de EcoSol;
- Surgimento do empreendedor individual: fomento do individualismo;
- NE: eleitos governantes populares;
- A questão do gênero no campo: muitos produtores rurais não conseguem garantir que seus filhos continuem com o trabalho de produção. Muitos estão sendo cooptados, no campo e na cidade, pelo mercado sendo atraídos pelo trabalho com carteira assinada;
- Fórum Estaduais sem capilaridade nos territórios mais afastados da região metropolitana.

Atores

- Empreendimentos (rural, urbanos, microrregionais);
- Governo: Federa SRTE (SENAES), Estadual, Municipal, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional;
- Entidades de assessoria apoio e fomento aos EES;
- Ausência do debate com outros atores (MST, Sindicatos de Trabalhadores rurais, movimento de agricultores familiares e outros).

Relação de Forças

- Confronto do Movimento de ECOSOL com o governo federal;
- Coexistência entre Movimento de ECOSOL e MTE/ SRTE;
- Cooperação do CFES com os Fóruns;
- Associação com outros movimentos populares.

Corte conjuntural

- Ações que deveriam fortalecer a EcoSol e o movimento eles desmobilizam, algumas vezes tem um poder destrutivo;
- Políticas que atendem o mesmo público e estão pulverizadas;
- Os indicadores do governo estão equivocadas. O que baliza é a questão econômica. Duas saídas, ou buscar gerar receita ao estado cada vez mais assegurar receita , com incentivo a formalização das atividades econômicas, e fomento das atividades individuais em detrimentos da organização coletiva, pois é o mais fácil. A gente precisa gerar receita para o estado para ser notado?A segunda opção é incidir sobre os indicadores e, conseqüentemente, na forma com que o estado enxerga o desenvolvimento do país;
- A forma de organização do Estado promove uma desmobilização da sociedade civil organizada. Sua organização institucional fomenta a diluição das pautas no movimento social, fazendo com que eles não tenham uma pauta em comum e que tenham incidência não em programas, mas em diretrizes de desenvolvimento;
- Aproximação com outros movimentos sociais melhorou, é necessária e estratégica. Temos que investir ainda na sustentabilidade dos EES, para que eles possam segurar seus trabalhos e qualificar seu trabalho político.

Centro-Oeste

Acontecimentos

- Mobilização em função do PL 0865 com realização das audiências públicas estaduais e nacional;
- Código Florestal com amplo debate sobre a questão ambiental;
- Seminário de 8 anos da SENAES;
- Editais para estados e municípios, de fomento à economia solidária;
- Realização das Conferencias estaduais, territoriais e a nacional;
- Inclusão da Economia Solidária no PPA, a partir do Tema Desenvolvimento Sustentável Local e Territorial; Seminário Interconselhos, julho de 2011, em BSB;

- Encontro dos fóruns estaduais da Região;
- Aprovação de Lei Estaduais e Municipais de Economia Solidária;
- Relançamento da Frente Parlamentar;
- Grito da Terra Brasil;
- Implementação do Projeto CFES – eventos e ações;
- Ações do Comércio Justo e Solidário

Cenários

- A economia solidária não tem ainda a expressividade necessária para uma eficaz correlação de forças;
- Falta diálogo com os grandes movimentos pelo reconhecimento e divulgação da ES;
- O desafio é consolidar uma estratégia política que permita avançar nas conquistas, inclusive por um ministério da economia solidária;
- O contexto político no Centro Oeste é de predominância do agronegócio e do empresariado urbano;
- Cresce na região a especulação imobiliária urbana e rural devido a projetos como Ferrovia Norte e Sul e Minha Casa Minha Vida
- Os Fóruns Estaduais não tem sustentabilidade para intensificar o movimento nos estados para um efetivo enfrentamento;
- A pressão política da microempresa resultou no PL 0865. O movimento social reagiu e realizou audiências com pouco ou nenhum apoio da gestão pública e parlamentares;
- Os Fóruns Estaduais têm dificuldades para intensificar o movimento nos estados e formar novas lideranças políticas;
- Implementação de Projetos em intersectorialidade: CFES, Brasil Local, Bancos Comunitários, PRONAT;
- Convergência com outros movimentos;
- Um avanço é a inclusão da economia solidária na política territorial e na relação com a educação do campo.

Relação de Forças

- Aprovação de Leis estaduais e municipais;
- A Mística como elemento de integração e alimento à utopia;
- Relações personalizadas dificultam;
- Dificuldade de relações horizontais no diálogo governo/movimento.

Desafios

- Projetos são implementados sem a participação do movimento.

Cenários

- Fóruns Estaduais – formação política;
- Nossa bandeira maior é o cuidado com a vida, e nisso perpassamos nossa luta com outros

movimentos sociais. Ainda não estamos fazendo direito a formação política dos nossos quadros.

Sudeste

Acontecimentos

- Contexto da criação do Programa de Economia Solidária no RS como precursor de Políticas específicas para a Economia Solidária;
- FSM;
- FBES;
- SENAES;
- Leis municipais e estaduais: ES começa a aparecer como alternativa econômica de fato;
- Formação com foco na ES: GT Formação → CFES → Rede de formadores da ES;
- Mapeamento da ES → alavanca a ES: descobrindo a nossa cara, dando corpo ao movimento;
- Encontro dos EES 2004;
- 2007 – até hoje: mais organicidade local à economia solidária: criação de fóruns locais e regionais, buscando processo da X Reunião organizando a V Plenária;
- Pautas do FBES encaminhadas para Políticas Públicas (CFES, SNCJ, Finanças Solidárias);
- PL 865: mobilização da ES para debater o lugar da Economia Solidária;
- Todos os estados tem articulação para edital 02/2011.

Nos Estados:

Minas Gerais

- Regulamentação da Lei Mineira em 2008: programa estadual de comercialização com feiras estaduais e regionais;
- Articulação do CFES;
- Debates em torno do PL 865;
- Constituição de alguns fóruns regionais.

Espírito Santo

- Avanços com relação à Lei Estadual e gerência no governo estadual;
- Novos Fóruns regionais de ES sendo criados: Sul e Norte (Noroeste em processo de formação);
- Criação do Fórum Capixaba de Microfinanças: convênio com governo do Estado de 12 milhões para empréstimo aos EES, operados via Bancos Comunitários.

São Paulo

- Processo de organização dos Fóruns Regionais: facilitado pelo processo da II CONAES e articulação com agrupamentos específicos como Rede de Saúde Mental, Rede de EESs.

Rio de Janeiro

- Governo sancionou a lei que é luta do FCP desde 2005. Perspectiva de instalação do

Conselho em Setembro. Capital está avançando em lei e conselho;

- Projetos desenvolvendo trabalho no âmbito do Pronasci (4 áreas) implementando ações em diálogo com os FEES (são 17 FMESs no RJ);
- Apoio importante das Frentes Parlamentares Estadual e municipal.

Cenários

- Nacional: ecosol está frágil com relação ao apoio econômico de crédito aos EES e a políticas públicas de fortalecimento econômico;
- Ameaça do PL 865: avanço na criação de identidade entre os participantes da Economia Solidária e criação de um sentimento de unidade. Favorável ser mantido o GT de negociação com o Governo Federal. Necessidade de prospectarmos o que queremos.

Atores

- Em geral há também diversas organizações de Redes de EES e segmentos da ES;
- Alguns Movimentos Sociais que fazem ecosol não estão incorporados nas dinâmicas dos Fóruns, outros se aproximam, Catadores (RJ, ES e MG), Movimento de Cultura (SP), Movimento da Agricultura Urbana, Familiar e Agroecologia (RJ);
- Formação a articulação com redes como Saúde Mental e ecosol, Rede de EESs;
- Entidades de apoio: há muitos casos em todas as regiões de entidades que fazem seus projetos de forma independente, sem a participação dos Fóruns (afastando-se dos FEES).

Relação de forças

- Empreendimentos mais fortes pelo processo de discussão do PL 865. Mesmo assim, o movimento é frágil se comparado a outros. Importante avançar no fortalecimento, pois, Economia Solidária só será forte com o fortalecimento dos EESs;
- Relação com governos estaduais: mesmo os estados que não têm boa relação com o Governo Estadual estão em diálogo para a construção de projeto para o Edital 02/2011 da SENAES;
- Particularidade de São Paulo: Rede de Gestores Forte e muitas políticas municipais, mas participação frágil dos EESs.

Corte conjuntural

- Avaliamos que os avanços nesse período não foram suficientes para que tenhamos uma política de Estado e que o apoio à Ecosol ainda é ínfimo;
- Atualmente é possível gerar um movimento de avanço para melhorar a situação que a Economia Solidária tem, mas para isso é necessário que conheçamos melhor os caminhos possíveis e para que possamos nos organizar para continuar o processo de pressão social. Para isso é importante avançar em algumas definições:
- Para onde de fato queremos ir (lugar institucional em âmbito nacional, estadual e municipal) que políticas queremos ter?
- Em que marco legal precisamos avançar: Levantamos que além da lei de Ecosol é importante que pensemos em outras leis que interferem nesse contexto, por exemplo, a de cooperativas sociais. Como essa discussão anda nas bases?
- Mesmo com relação ao recorte da Ecosol (definição do Englobar a Economia Popular e Empreendimentos familiares) ainda há o que avançar nessas definições: qual nossa identidade? Os segmentos atuais refletem a realidade (ex. Trabalhadores em ES, quem

somos?);

- Identidade da Economia Solidária está focada na forma de ganhar dinheiro ou pressupõe uma atuação política?

Sul

ACONTECIMENTOS

- Recomposição dos fóruns, apontando para maior capilaridade dos mesmos, utilizando-se estratégias de ações descentralizadas;
- Os fóruns envolvendo-se nas discussões referentes aos processos eleitorais;
- Conferências foram de extrema importância, para agregar novos atores o processo da construção da Economia Solidária;
- PL 865/11 possibilitou a retomada da discussão do lugar institucional da política pública de economia solidária;
- Implementação dos programas do governo Federal fortaleceram a ES;
- Criação das Frentes Parlamentares,
- Instituição de grupos temáticos nos fóruns;
- Definição de estratégias de comunicação que garantiram fluxo constante de informações;
- Ampliação dos Municípios com Políticas Públicas;
- Envolvimento dos Fóruns Regionais na discussão do Fórum Social Mundial;
- Falta de recursos para custeio das atividades descentralizadas: Fóruns e Redes;

CENÁRIO:

- Abertura de alguns governos Estaduais, para o diálogo visando a implantação da política pública de economia solidária;
- Fragilidade na articulação da Economia Solidária com outros movimentos sociais;
- Maior presença dos fóruns nas regiões, facilitando a participação dos diferentes atores, exemplo: as reuniões itinerantes, e a maior articulação dos fóruns;
- Apropriação dos Fóruns quanto ao contexto regional em que se está inserido: mapeamento das regiões;
- Fortalecimento do processo de mobilização, organização e participação no Fórum Social Mundial 2012 (RS);
- Motivação dos EES a participarem dos fóruns, mobilizados a partir dos projetos no âmbito federal;
- Dificuldade da participação efetiva nas reuniões dos fóruns, devido a falta de recursos;

Relação de Forças

- Embora já tenha havido tensionamentos devido as disputas internas, atualmente não há força negativa, temos forças neutras, não desencadeadas ou positivas, por exemplo: os representantes do microempreendedorismo e agronegócio.

2. Balanço do triênio

O objetivo desta pauta foi completar o balanço do triênio (2009-2011) das 6 Linhas de Ação, que se iniciou na preparação estadual e nos Encontros Regionais de 2010. Esta discussão trouxe os elementos para as pautas das Orientações Estratégicas e da V Plenária.

A Coordenação Nacional foi dividida em 3 grupos (A, B e C), cada um com algumas linhas de ação específicas, informações de subsídio e questões orientadoras para o debate.

GRUPO A: Linhas 2, 1 e 6 (Empreendimentos, Fóruns Estaduais e sustentabilidade)

Linha 2: Fortalecimento dos empreendimentos solidários como atores econômicos nos territórios, buscando sua organização em redes e cadeias nos campos da produção, comercialização, logística, consumo e finanças solidárias como estratégia para um outro modelo de desenvolvimento

- Políticas como PAA e PNAE fortaleceram os EES
- Alguns conselhos estaduais presentes
- Há rotatividades dos membros, mas houve retomada da participação de membros antes ausentes devido as diversas atividades de mobilização
- As políticas de formação tem contribuindo para a atuação dos EES no movimento, com maior clareza do seu papel e da importância de sua atuação política, embora não haja políticas que atendam a estrutura econômica dos EES, na produção e na gestão;
- Não é possível generalizar a atuação dos projetos para o fortalecimento dos EES, maturidade política é o que foi mais comum. Tem que ter o controle social dos projetos pelos fóruns para não gerar disputas personalizadas, por exemplo, no MT isso não ocorre
- Os EES precisam se apoderar da proposta de desenvolvimento que queremos
- No campo das finanças solidárias ainda está muito tímida a atuação das iniciativas, porque são experiência locais;
- A certificação também é algo muito incipiente de experiências;
- Sobre as redes, ainda não temos muitas iniciativas que foram formadas pelos fóruns, mas por identidades criadas por afinidades e por projetos, esse é um desafio que ainda permanece na atuação cotidiana

Linha 1: Fortalecimento político e organizacional dos Fóruns Estaduais, consolidação/constituição de Fóruns microrregionais e municipais para maior integração e interiorização do FBES, e articulação macrorregional entre Fóruns Estaduais

- Muitos fóruns ainda estão se reestruturando, no sentido da militância e do fortalecimento;
- Fortalecimento político, organizativo e de pertencimento após a II CONAES, eleições e com as mobilizações do PL 865;
- Houve um caminhar no triênio, uma caminhada positiva;
- Os projetos variaram muito na parceria, articulação e fortalecimento dos fóruns locais, por exemplo, o CFES em alguns estados fortaleceu em outros não;

- Existe muitas políticas de formação, mas ainda são insuficientes para atender a realidade e necessidade do movimento na sua diversidade. Infelizmente ainda não temos políticas que atendam estruturalmente e economicamente os EES e os fóruns;
- As políticas estaduais e municipais tem maior facilidade de atender as necessidades locais, e já temos muitas leis e conselhos formados;
- Foi muito positivo o acréscimo de participação das mulheres e de outros segmentos, a atuação do segmento dos oprimidos tem se fortalecido;
- Propostas para melhorar a comunicação:
 - Lista de e-mails, por exemplo para o Centro-Oeste, e uso do Cirandas e mamulengo;
 - Manter os encontros regionais com frequência e estrutura;
 - Desafio de apoderamento e uso do Cirandas, porque a formação feita ainda não teve retorno para a maioria dos estados e há ausência de acesso e estrutura digital;
 - Temos que fazer os encontros com mais tempo;
 - Mais planejamento e metodologia clara;
- Para melhorar o que ainda está mais fraco:
 - Se a definição dos projetos passam dentro do fórum isso fortalece;
 - Temos que ter mais clareza dos processos que definimos e que possamos cumprir, há muitas atividades que nos propomos a fazer e nós não damos conta e não cumprimos, temos que ter uma avaliação mais cuidadosa com os processos;
 - Temos que atuar nos espaços que já existem de articulação com os outros movimentos sociais, nos estamos presentes nos discursos e propostas dos demais movimentos sociais, nossa caminhada é conjunta, é holística, no entanto ainda temos desafios na prática das convergências;
 - As políticas públicas tem que ser desenhadas mais integradas no território.

Linha 6 : Estratégias para a sustentabilidade e autonomia financeira dos Fóruns Nacional e Locais, nas dimensões: auto-financiamento; captação de recursos públicos; e cooperação internacional

- Sustentabilidade e infra-estrutura é ponto comum de dificuldade nacional, com exceção de experiências de fundos formados a partir de porcentagem de feiras, taxa mensal dos participantes e espaço fixo de comercialização do fórum;
- No nível nacional é importante buscar estratégias de sustentabilidade com autonomia, nosso horizonte de recursos hoje é de apenas 1 ano;
- Na escrita dos projetos já tem que prever metas para manter as atividades dos fóruns, porque a dificuldade em viabilizar as reuniões é constante e geral;
- Houve maior autonomia dos fóruns estaduais, após as deliberações da IV Plenária;
- Cooperação internacional para sustentabilidade ainda é inexistente;
- No período do triênio, há melhoria na sustentabilidade em alguns estado, outros estados pioraram ou estão na mesma. Temos ideias que não saem do papel, temos que focar em algo;
- Alternativas criadas devem ser mantidas: pressão com o governo, propor emenda parlamentar, convênios com secretarias de estado e parceria com projetos.

GRUPO B: Linhas 3 e 2 (Políticas Públicas e seus resultados para os empreendimentos)

Linha 3: Proposição, mobilização e incidência para políticas públicas de reconhecimento e fomento da economia solidária como estratégia para um outro modelo de desenvolvimento.

SUL

- As políticas estão fragilizadas, pois são executadas de maneira fragmentada e não integrada, o que dificulta a continuidade do que queremos como políticas públicas. Os instrumentos que hoje se tem não garantem a continuidade dos projetos, pois uma das dificuldades da ES é a perenidade;
- O recorte feminista é ponto importante, mas a política pública e o governo não conseguiram transversalizar as políticas para as mulheres em todos os setores. O Brasil Feminista foi um grande avanço, porém não aponta perenidade. O FBES não se apropriou da pauta feminista;
- O Comércio Justo se consolidou com a conquista do marco legal, mas ainda é considerado um projeto piloto, ainda não é uma política universal que atende a todos os empreendimentos;
- Existe uma contradição dentro da Economia Solidária que é ser financiada pelo governo federal, o que perde forças quando se vai debater sobre o PL 865. Quando o movimento da ES optou pelo enfrentamento político, demonstrou sua força, mas necessita maior integração com outros movimentos sociais. Algumas das maiores mobilizações na ES aconteceram com apoio do governo federal, o que torna mais branda a discussão das pautas da ES quanto à política pública, pois esse apoio/financiamento limita a força do movimento de ES quando entra em enfrentamento;

SUDESTE

- Falta financiamento para aquisição de equipamentos tanto para produzir quanto comercializar os produtos da EES; falta assessoria técnica, apoio técnico para viabilizar economicamente os empreendimentos ;
- Devemos buscar a inserção da Ecosol nas políticas de investimento, como também para capital de giro pelo BNDES e do BB, a exemplo do Banco do Nordeste. Esses investimentos devem vir necessariamente acompanhados de orientação e apoio técnico;
- Falta informação sobre políticas de formação, metodologias e resultados;
- Quanto à comercialização solidária foi considerado um projeto que tem dado certo, mas ainda funciona como piloto, ou seja, não atinge a totalidade das necessidades de comercialização dos EES. Deve ser ampliado e aprimorado.

NORTE E CENTRO-OESTE

- Os EES não acessam o sistema do comércio justo e solidário.
- Fortalecer o comitê gestor nacional que foi criado a um mês e também criar comitês gestores estaduais;
- Brasil Local, Mapeamento, Finanças não dialogam com os fóruns locais.
- Selo/Certificação: o EES necessitam de selo, o que deve ser obra do SNCJS. Não ter um selo dificulta a comercialização, para que os produtos sejam vistos como da ES;

NORDESTE

- CNES precisa dar retorno, os conselheiros precisam interagir com os fóruns ;
- CFES funciona bem, apesar de que a maioria dos estados do nordeste não concluiu todos os módulos e etapas;
- BASES DE SERVIÇOS os fóruns não tem se aproximado das políticas territoriais, funciona mas não tem interação ;
- BRASIL LOCAL: funcionam desordenadamente, é diferentemente de estado para estado;
- Os Centros Públicos, aonde existem, não funcionam bem; em alguns estados sequer existem;
- Quanto às Finanças existem estruturas de bancos comunitários, mas falta estímulo e estrutura. Em algumas regiões dependendo da executora não há integração com fóruns;
- Em alguns lugares faltam feiras para os empreendimentos. O Fórum deve fiscalizar ;
- Atuação do FBES foi muito importante na organização do movimento da Ecosol.

GRUPO C: Linhas 4 e 5 (Divulgação, movimentos sociais e relações internacionais)

Linha 4: Divulgação da Economia Solidária junto à sociedade pela construção de outro modelo de desenvolvimento

- Os kits da campanha ajudaram com os militantes, mas não conseguiu atingir o público em geral, faltou trabalhar uma estratégia de comunicação que atendesse a essa necessidade;
- Aproveitar eventos internacionais para a articulação com outros programas;
- Necessidade de pensar estratégias de renovação das esperanças. Ver a economia solidaria como projeto de transformação social;
- Inserir a ES na pauta dos outros movimentos, como levar ES para outros espaços, mesmo tendo militantes participando de diversos espaços?
- Buscar dialogar e não impor aos outros movimentos e ter humildade;
- Necessidade de selo ou certificação para a identidade da Economia Solidaria;

Linha 5: Articulação com outros movimentos sociais e atores da sociedade civil organizada alinhados na construção de outro modelo de desenvolvimento e criação de espaços de articulação e alianças internacionais para o fortalecimento da Economia Solidária mundialmente, em especial na América Latina

- Falta clareza da função de que ARI e como passar isso para a base; os FEES tem que participar das relações internacionais;
- Para eventos internacionais o FBES tem que conseguir pautar.

Organização dos elementos levantados no Balanço

Elementos de conjuntura interna	Elementos de conjuntura externa	Avanços e fortalezas	Recuos e fragilidades
Mobilização par audiências pública	PL 865	PNAE e PAA	Finanças são locais
Posicionamento do FBES frente ao PL 865	II CONAES – Estados, regiões, nacional	Conselhos de Economia Solidária	Redes – são poucas
Posicionamento do FBES frente a eleição presidencial	Eleição de Dilma Rousseff	Formação	CFES (em alguns estados)
Interlocação do cirandas		FEES se reestruturando	Melhorar comunicação
Protagonismo do FBES nas relações internacionais			
Reflexão sobre projeto de sociedade da economia solidária	Grito da Terra, Marcha das Margaridas e Dialogo e Convergências	CONAES + PL 865	Apropriação do Cirandas pequena
Abertura dos movimentos a Economia Solidária		Leis e conselhos locais	Políticas fragilizadas, ausência de continuidade
Pontos de comercialização contribuem		Mais mulheres e outros atores (avanço no recorte feminista)	Sustentabilidade (base material)
Cirandas			Segmentação das políticas – execução
Site do FBES	FSM – ECOSOL	Mais relação com os movimentos	As políticas ainda não conseguiram efetivamente incorporar a perspectiva feminista
Construção de ações com movimentos: Dialogo e Convergências, Grito da Terra, Marcha das Margaridas	Poder Legislativo		
Maior protagonismo do FBES em Relações Internacionais		CJS – apesar de ainda não ser universal	FEES não se apropriou o suficiente da pauta feminista
MST, Educação do Campo	Leis aprovadas		
Programa de		Projeto de	Conselho frágil

Bancos
Comunitários
(agentes)
CFES
potencializou
processos de
reestruturação de
Fóruns, resgate
sobre o que é o
movimento,
metodologia de
educação popular
EESs se
empoderaram das
atividades do CFES

comercialização
solidária – Lei
SNCJS e Feiras

Conselheiros com pouca
relação com FEESs

Legitimidade
reconhecida dos
Fóruns Locais e
Nacional como
interlocutor do
movimento
Kits de comunicação

Relação dos FEES com
programas de governo –
ameniza a capacidade de
critica ao próprio
governo – dependência
do governo

Não há políticas efetivas
e adequadas de
financiamento para os
EESs (que devem ser
acompanhados de
assessoria) – Ex.:
BNDES burocratizado/
inacessível/ não
adequado

Audiências públicas
propiciaram ganhos:
divulgação, debate

Ausência de informação
sobre políticas e leis de
Economia Solidária
(PRONINC, SNCJS)

Interiorização dos
FEES e discussão
sobre Economia
Solidária através de
oficinas e feiras

Entidades executoras
que não se articulam
com FEESs acabam
fragilizando a ação que
perde orientação do
movimento

Recuos e Fragilidades (continuação)

Muita carga sobre os FEESs com relação ao acompanhamento dos vários conselhos gestores de programas

Falta centralidade ao conselho para acompanhar políticas: conselhos gestores estão a parte do CNES

Pouco uso dos Kits de comunicação (outra economia acontece) – distribuição
CONAES desconsiderada no lançamento do PL 865 (gerando descrédito)

Não houve recuo, mas avanços foram tímidos

Pouca estratégia de articulação de Relações Internacionais com os FEES nos estados

Pouco impacto das políticas na base

Deslocamento da executiva com a base

Não tem estratégia econômica independente de governo

Não tem debate sobre ética – tendência de criação de uma da cúpula

Linguagem é muito para dentro e não para a sociedade

Não estamos entendendo as razões de limitação de políticas públicas – por exemplo: não há sistema de ECOSOL – o desafio é grande

Separação dos segmentos (EES, EAF, gestores)

Nós nos mostramos pouco enquanto economia solidária - visibilidade

Relação com a Marcha das Margaridas foi só nacional

Pouca coleta de assinaturas do PL

Excesso de ações parecidas e desarticuladas

Saímos de meros beneficiários de políticas para começarmos a ser movimento

Confusão entre entidade ser executora de ação pública ou ser movimento

Pouca participação dos atores de governo nos conselhos estaduais e nacional

Entidades nacionais não necessariamente estão comprometidos com os fóruns estaduais

Conflitos internos nos fóruns estaduais

Perspectivas levantadas

Espaço próprio de sustentação

Buscar cooperação internacional

Lutar por políticas públicas integradas e continuadas

Relação do movimento com políticas públicas

Fortalecer relação com outros movimentos

Capacidade de pautar o governo

Lutar por políticas de financiamento para além do microcrédito – BNDES, BB, para real estruturação econômica

Escola de formação da economia solidária

Aprofundar selo/ certificação

Comitês Gestores Estaduais do SCJS

Plano de comunicação do FBES com FEES: captar recursos e envolver atore do campo da cultura/ software/ comunicação

Falar da economia solidária nos demais movimentos em que atuamos incidindo neles – com humildade e dialogo

FBES agir e não esperar – ser mais proativo

Lutar para integração de políticas o território

Identidade visual dos produtos (nacional)

Melhorar repasse e comunicação sobre Relações Internacionais

Envolver O FEES Em Relações Internacionais nas regiões de fronteira

Rio + 20: economia solidária como alternativa a economia verde

Estrategia e dinâmica de atuação com os movimentos: assembleia popular, dialogo e convergências, educação popular

Comunicar para estados relação com movimentos

Política de educação e formação em economia solidária – pós – CFES, debater formação

Fortalecer CNES para orientar as politicas e sua relação com os estados

Necessidade de compreender e diferenciar os papéis dos vários atores na construção e acompanhamento das políticas públicas e lutas (movimento, conselho, gestor, entidade, etc.)
Maior integração entre FEES, FBES e fóruns locais
Ampliar/ descentralizar representações para a base – ver a coisa acontecer
Base econômica dos próprios integrantes do FBES – autonomia, autogestão e sustentabilidade
Entrar no debate da reforma política
Reforçar aspectos políticos/ debate/ formação política
Demandas e bandeiras tem que estar acima dos interesses partidários ou de grupos políticos
Avançar na sistematização e multiplicação de iniciativas e metodologias formativas existentes e construídos a partir do “chão”
Se envolver na Macha das Margaridas desde o início, nos estados – representantes “viverem” a economia solidária
Avançar na luta da Lei do Cooperativismo
Capilarizar fóruns estaduais (criar os fóruns locais)
Juntar/ integrar ações nas bases a partir de planejamento dos fóruns
Ações de sustentabilidade do FBES e FEES – realizar trocas entre EES, montar redes concretas e compras coletivas
Fortalecer EESs economicamente
Mobilizar: casar pauta de curto e de longo prazo – que dêem retorno
Trazer para a Economia Solidária as pautas dos movimentos
Aprofundar relação entre coordenação nacional e fóruns estaduais
Discutir papel das entidades nacionais e efetiva contribuição nas ações dos fóruns
Avaliar o impacto dos projetos na vida dos empreendimentos
Não esquecer dos nossos grandes objetivos: focar na construção de uma nova sociedade a partir de economia solidária
FBES nacional apoiar com ações concretas os fóruns estaduais que estejam fragilizados

Questões que precisam ser aprofundadas no próximo período - “Toro de palpite”

- Garantir que os estados tenham centrais de formação e de comercialização e espaços de funcionamento dos fóruns estaduais;
- Articulação e integração das políticas;
- Construção de uma estratégia de fortalecimento da economia solidária na perspectiva do desenvolvimento territorial;
- Planejar e organização da campanha de coleta de assinaturas;
- Lei da Economia Solidária, com mobilização para crédito, selo, fundos, entre outros;
- Avançar nas leis Estaduais e Municipais;
- Políticas públicas municipais/ estaduais e criação de Conselhos;
- Mudança da Lei do Cooperativismo;
- Políticas públicas de comercialização;
- Criar modelos de projetos de lei municipal e estadual para facilitar a proposição de encaminhamentos, fundos e conselhos;
- Interlocução com a SENAES;
- Institucionalidade da política pública (marco legal e lugar institucional);

- Participação ativa na reforma política;
- Informações necessárias para que os Fóruns Estaduais possam incidir no PPA e LDO;
- Marco regulatório – relação Estado/Sociedade Civil da economia solidaria;
- Questão da territorialidade;
- Consolidação do Sistema Nacional de Economia Solidaria;
- Fortalecer identidade da economia solidaria – praticando princípios (autogestão, articular produção e consumo, desenvolvendo uma abordagem territorial);
- Reestruturação e mobilização dos fóruns a nível local, territorial, estadual e nacional (definição dos atores e atrizes e seus papéis, sustentabilidade e definição de pauta com questões concretas);
- Definição de uma estratégia política para a sustentabilidade do FBES e FEES;
- Organicidade do movimento de economia solidaria (relação fóruns, viabilidade/ sustentabilidade e estrutura física);
- Construção de estruturas regionais nas macrorregionais para fazer ponte entre o estadual e o nacional;
- Fomentar intercâmbios entre experiências, seja para trocas de saberes e fortalecimento das articulações em todas as instancias;
- Encontro dos EES;
- Fortalecimento dos fóruns existentes e fomento de fóruns municipais;
- Sustentabilidade dos fóruns (político e institucional);
- Fortalecimento dos empreendimentos;
- Sustentabilidade das ações (política, social e econômica);
- Sustentabilidade dos empreendimentos;
- Sustentabilidade dos fóruns tanto estaduais e nacional de forma que a contribuição funcione;
- Garantir que os fóruns estaduais tenham total autonomia com relação ao poder público;
- Estrutura física e institucional;
- Financiamento dos fóruns;
- Reestruturação e mobilização dos fóruns;
- Definição de pautas com questões concretas;
- Formação continuada - CFES;
- Escola ECOSOL;
- Qual estratégia de formação que queremos?
- Pautar a economia solidaria no currículo escolar;
- Maior atuação da economia solidaria na educação formal;
- Problematizar e trabalhar relações interpessoais dentro da economia solidaria como estratégia pedagógica;
- Aprofundar na capacitação sobre certificação;

- Economia solidaria enquanto movimento e estratégia de dialogo com os demais movimentos;
- Relação com outros movimentos sociais, a partir dos espaços existentes (Recid Dialogo e Convergências, entre outros);
- Conferencias que acontecem – levar a economia solidaria;
- Participação mais efetiva rumo a Conferencia Nacional do Trabalho Decente;
- Integração com outros setores (educação do campo, juventude, fóruns, conselhos);
- Maior atuação da economia solidaria junto ao movimento pela educação do campo e da cidade como estratégia de enfrentamento ao atual modelo econômico;
- Compartilhar pautas com outros movimentos afins;
- Criar mecanismos para atingir a sociedade em geral sobre os valores da economia solidaria, utilizando todos os meios de Comunicação existentes, disponíveis buscando orçamentos específicos para essa finalidade;
- Comunicação – criar mecanismos para atingir a sociedade para valores da economia solidaria;
- Comunicação que possibilite uma estratégia para os fóruns estaduais
- Igualdade de gênero;
- Segurança alimentar;
- Raça/ etnia;
- Questão ambiental;
- Juventude/ geração;

3. Ato Político

O momento de diálogo com movimentos sociais e governo teve como pauta o lançamento da “Campanha pela Lei da Economia – Iniciativa Popular para um Brasil Justo e Sustentável”, contando também com a apresentação dos materiais da Campanha, que estão disponíveis em: www.cirandas.net/leidaecosol .

Devido ao tempo, a mesa de diálogo acabou sendo conjunta com movimentos sociais e governo, e contou com a presença dos seguintes convidados e convidadas:

Movimentos sociais:

- Jovita Rosa - Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE)
- Valter - Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
- Joceli Andrioli - Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)
- Denis - Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
- Maria Emilia - Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN)
- Carlos Cavalcanti - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)

Governo:

- Vital Filho - Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA)
- Valmor Schiochet - Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)
- Maria do Carmo Godinho - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)
- Marina/PT-GO - Frente Parlamentar de Economia Solidária

Abrindo o diálogo, a companheira Jovita Rosa, do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE), trouxe a importante experiência com o Ficha Limpa e da trajetória do MCCE, criado em 1999. “O Ficha Limpa é uma conquista da pressão da sociedade. No início ninguém acreditava que o isso daria certo, nosso inimigo também é o capital. Começamos a coletar as primeiras assinaturas, de forma ainda tímida, mas em nenhum momento nos abatemos. A parceria com a CNBB foi fundamental para a coleta e quando a mídia percebeu que a sociedade estava envolvida e empolgada, começou a noticiar nossos passos”. O Ficha Limpa acabou sendo encaminhado no Congresso por 33 parlamentares, e ainda hoje tem o risco de ser subscrito pelo Tribunal Superior Eleitoral como inconstitucional. O MCCE hoje comemora o 1 ano do Ficha Limpa, e junto com outros movimentos sociais está iniciando a Campanha pela Lei de Iniciativa Popular pela Reforma Política.

O companheiro do MPA, Valter constatou que “é necessário muita perseverança e articulação, como foi mostrado pelo ficha limpa, estamos juntos nesta luta”. Joceli do MAB também mostrou sua solidariedade com a campanha, “atuar com a economia solidária é ter muita coragem num contexto do capitalismo e individualismo. Nós também defendemos o trabalho compartilhado em harmonia com o meio ambiente, nós pautamos o modelo energético do país, que hoje é para aumentar o capital, a exploração do trabalhador”. Marília Emília, pelo FBSAN trouxe a importância cidadã da proposta: “essa iniciativa mostra para a sociedade como se organiza um povo, como ser cidadão, estamos juntos nessa”. Carlos pelo MNCR contribuiu com uma leitura de classe “temos o princípio da solidariedade de classe trabalhadora, é por isso que estamos aqui todos juntos”.

Nas falas do governo, a solidariedade e a parceria para a campanha também estiveram presentes: a deputada Marina/PT-GO representou a Frente Parlamentar de Economia Solidária “Esse é o marco regulatório para a economia solidária, me comprometo aqui em nome da Frente e da Comissão de Legislação Participativa com esse Projeto de Lei (PL) e no processo de mobilização social. Vamos fazer audiências para levantar mais este debate”. Vital pela SDT/MDA colocou o comprometimento da Secretaria de Desenvolvimento Rural junto aos diversos colegiados territoriais, entidades parceiras, Bases de Serviços e Delegacias Federais da Agricultura Familiar, e lembrou que “a Senaes e o MDA surgiram por luta popular, nosso desafio é que estas forças cresçam cada vez mais, também dentro do poder legislativo”. Tatao Godinho pela SEPM lembrou que a maioria das iniciativas solidárias são formadas por mulheres, sendo foco da Secretaria o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres: “a legislação é muito importante na disputa para o fortalecimento das mulheres, porque ainda temos o modelo em que o homem domina a economia e o poder, e as mulheres se detém no cotidiano. Temos que passar da equidade para a igualdade”.

Valmor pela Senaes, trouxe uma importante informação sobre o PL 865, “o assunto já está definido, a presidência desistiu de inserir a economia solidária no PL, e isso ocorreu por pressão e mobilização social dos movimentos e do FBES através das audiências públicas”. E ainda destacou que apenas leis no papel não asseguram os direitos: “lei sem luta social e poder popular não funciona. Uma lei que vem de luta social tem mais legitimidade do que vem quando vem do executivo”. Também colocou o comprometimento da Senaes para a Campanha, bem como para o fortalecimento do processo a ser iniciado para a V Plenária do FBES: “queremos um FBES com capacidade de incidência sobre a Senaes, que tenhamos como resultado uma economia solidária fortalecida e em diálogo com a sociedade”.

Para fechar a mesa, Neneide representou a Marcha Mundial de Mulheres numa emocionante fala: “a economia solidária é a única que proporciona o diálogo e a partilha, desde a gestão, produção e comercialização. É nela que as mulheres podem compartilhar, ter liberdade de definirmos aonde plantar, aonde produzir, aonde comercializar, com um olhar de uma outra economia na esfera da produção e reprodução, numa economia da vida”.

4. Orientações Estratégicas 2012-2014

Considerando a preparação dos estados e a realização da pauta 2 (Balanço do Triênio 2009-2011), neste momento foi definido as principais orientações estratégicas do FBES para o próximo triênio (2012-2014). A partir destas orientações, a Coordenação Executiva fará um Planejamento Estratégico detalhado para o triênio.

As 6 Linhas de Ação do FBES foram mantidas e o aprofundamento sobre perspectivas e orientações gerais acabou sendo debatido e sistematizado no ponto da pauta de Balanço do Triênio.

Outro objetivo da pauta era priorizar as Conferências deste ano, o que acabou não sendo realizado.

5. V Plenária

Esta pauta teve o objetivo de definir tema, objetivos, agenda e os eixos prioritários para a construção da V Plenária Nacional de Economia Solidária. Para iniciar a discussão foi retomado o processo de construção desde a I Plenária; apresentado o que os FEES enviaram como temas, (Segue no anexo 3) seguindo com uma roda de conversa para definir o grande tema.

A IV Plenária foi a primeira feita pelo próprio Fórum e um grande processo de formação que durou 2 anos. Seus eixos incorporaram raça, etnia e gênero como eixos transversais, mas notamos que esses temas não avançaram muito.

Alguns elementos de contexto em 2010-2013

2010

- II CONAES

2011

- Mobilização do PL 865 e as suas conquistas
- PPA 2012-2015 com eixo articulando Desenvolvimento, Territorialidade e Sustentabilidade com a Economia Solidária
- Campanha pela Lei da ES
- X Reunião da Coordenação Nacional
- Encontro de diálogo e convergências

2012

- Eleições Municipais
- Encontro da RIPESS-LAC
- Rio + 20 (Junho) e o enfrentamento da “solução capitalista” da economia verde

2013

- FSM – ES em Santa Maria
- III CONAES (deve apontar para a consolidação do sistema definido na II CONAES)

Proposta de organização dos debates da V Plenária

Os debates da V Plenária se organizariam em três dimensões:

- **Orientação política do movimento**
- **Orientação das ações do movimento**
- **Organicidade do movimento**

Orientação política do movimento

Questões de fundo para fortalecimento do horizonte político de transformação social e identidade do movimento de Economia Solidária. Pela sistematização, surgiram 6 temas de orientação política.

Temas

- 1) Sustentabilidade (desenvolvimento, sociedade, organização econômica, meio ambiente [bem-viver, pachamama])
- 2) Autogestão e autonomia
- 3) Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária
- 4) Território e Territorialidade
- 5) Diversidades (gênero, raça, etnia, povos e comunidades tradicionais, orientação sexual, geração, juventude, rural/urbano, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional, saúde mental)
- 6) Cidadania, organização da sociedade e relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado

Orientação das ações do movimento

Além do debate de fundo, que aprofunda o recorte e horizonte político do movimento, é preciso discutir questões, problemas, pautas e reivindicações concretas para dar respostas às necessidades dos atores e atrizes que fazem a Economia Solidária na base.

{obs: é preciso ainda amadurecer o “dentro” e o “fora” da política pública e a pertinência desta separação}

Para esta orientação foram detectados na sistematização 7 eixos:

Eixos

- A) Marco legal

- B) Cultura e Educação
- C) Integração territorial e continuidade das Políticas Públicas
- D) Estratégias Econômicas Solidárias
 - Consumo
 - Produção
 - Comercialização
 - Finanças Solidárias

(logística deve ser um ponto transversal do debate que não pode ficar de fora em nenhuma destas dimensões)

- E) Comunicação e visibilidade

Organicidade do Movimento

- Fortalecimento dos Fóruns Estaduais
- Sustentabilidade e autonomia do movimento
- Estrutura
- Estratégias organizacionais
- Articulação com os demais movimentos sociais, tanto nacionais quanto internacionais
- Forma de fazer política e economia: coerência entre a prática e a teoria, os princípios e valores da economia solidária

Propostas de Tema Geral, a partir da sistematização

- Economia Solidária: o bem viver, a cooperação e a autogestão definem um desenvolvimento justo e sustentável
- Economia Solidária: o bem viver, a cooperação e a autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável

Indicativos metodológicos

- Resgatar o balanço desde a IV plenária, para evitar sensação de repetição dos mesmos debates
- Buscar trabalhar reflexões para o curto, médio e longo prazo
- Reconhecer Plenárias realizadas por diferentes atores e atrizes para incidência na Plenária Nacional para além das Plenárias Estaduais. Exemplos de possibilidades:
 - Juventude
 - Mulheres
 - Saúde Mental
 - Povos e Comunidades Tradicionais
 - ...
- **Agenda**

- Indicativo de data da V Plenária Nacional:
 - **Plano A:** Estaduais no primeiro semestre de 2012 e nacional no final de agosto
 - **Plano B:** Estaduais no primeiro semestre de 2012 e a nacional em novembro
 - **Plano C:** Estaduais em novembro de 2012 e a nacional em 15 de dezembro ou no início de 2013
 - A Coordenação Executiva avalia as opções, e submete suas considerações e propostas à Coordenação Nacional para consulta via e-mail, de modo a decisão seja tomada pela Nacional.
- **Etapas:**
 - Construção do Documento Base e Metodologia da V Plenária Nacional de Economia Solidária
 - Encontros Regionais para preparar os Fóruns Estaduais sobre a metodologia e documento-base para que possam fazer suas plenárias estaduais/regionais.
 - Plenárias Municipais e Regionais
 - Plenárias Estaduais
 - Plenárias Temáticas e por atores e atrizes específicos
 - XI Reunião da Coordenação Nacional
 - Plenária Nacional

6. Eleição da Coordenação Executiva e definição das Entidades Nacionais e GTs

Coordenação Executiva

Para a eleição da representação de empreendimentos na Coordenação Executiva do FBES, as regiões se dividiram e fizeram seus debates e decisões.

Norte

- Titular 1: Márcia Lima (AC); Suplente 1: Tatiane Valente (AM)
- Titular 2: Maria da Graça (RR); Suplente 2: Andrea Mendes (RO)

Nordeste

- Titular 1: Francisca de Lima (RN); Suplente 1: José Carlos (PI)
- Titular 2: Diogo Rêgo (BA); Suplente 2: Josefa dos Santos (SE)

Centro-Oeste

- Titular: Sebastiana Almire (MS); Suplente: Luciane Ferreira (MT)

Sudeste

- Titular: João Neto (MG); Suplente: Sônia Braz (RJ)

Sul

- Titular: Joelci Dannacena (PR); Suplente: Kristiany Bender (SC)

Entidades Nacionais

A Coordenação Nacional fez a revisão das Entidades Nacionais do FBES, seguindo o critério de atuação comprovada em pelo menos sete (7) Fóruns Estaduais de Economia Solidária para que uma entidade seja considerada Entidade Nacional do FBES.

O levantamento transmitido pelos fóruns estaduais até a X Reunião, somado ao prazo de 1 mês para os estados que não informaram a tempo (até 19/09/2011) foi:

Entidades	Fóruns que confirmaram a participação da entidade	Número de estados
ANTEAG	AC, AL, SP, PE	4
Cáritas Brasileira	AC, AL, CE, MA, SC, DF, PB, PE, RS, PR, ES, PA	12
IMS	AC, AL, CE, SC, DF, PB, PE, MS, PR, PA	10
Rede de ITCPs	AL, BA, SP, SC, PE, PR, ES	7
Unicafes	AC, AL, BA, RJ, PE, MA, PR	7
Unisol	AL, BA, RR, SC, RS	5
Unitrabalho	AC, AL, BA, RR, MA, DF, MT, PR, RN, PA	10
Recid	AP, RR, MT	3
Ibase	RJ	1
Visão Mundial	CE	1
CUT	GO, PE, MS	3
ECOCUT	GO	1
Consulado da Mulher	SC	1
Fetraf	GO	1
ADS/CUT	PR	1
FEES que não informaram	MG, TO, AM, PI	4
FEES aonde não há atuação de entidades nacionais	SE, RO	2

Pela tabela acima são consideradas Entidades Nacionais do FBES: Cáritas Brasileira, IMS, Rede de ITCPs, Unicafes e Unitrabalho. E conseqüentemente, não são mais Entidades Nacionais do FBES: Unisol e Anteag.

A Coordenação Executiva do FBES ainda fará um debate se irá considerar um novo prazo para os estados que ainda não atenderam o período definido coletivamente na X Reunião da Coordenação Nacional, para informar sobre a participação efetiva das Entidades Nacionais nos fóruns estaduais, que no caso são: MG, TO, AM e PI.

Grupos de Trabalho (Gts)

Antes da criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, existiam GTs mistos com representantes do FBES e da SENAES. Desde então, o FBES tem apenas um GT próprio ativo, criado na IV Plenária Nacional: o GT de Gênero.

Votação sobre a troca do nome do Gt, de gênero para de mulheres

Isso para que a atuação do Gt seja exclusiva das mulheres, para que as mulheres planejem a atuação e incidência nos espaços do FBES e na atuação externa do FBES:

- 20 gênero
- 26 mulheres
- 3 abstenção

Articulação existente

Relações Internacionais (ARI)

Gts existente

Gt de Mulheres

Gts criados, com agrupamento de temas:

- 1.Educação & Cultura
- 2.Marco legal & Políticas Públicas: campanha da lei
- 3.Estratégias Econômicas: PCCSs, Finanças e Logística
- 4.Comunicação & Articulação com Movimentos Sociais
- 5.Raça e Etnia & Povos e Comunidades Tradicionais

7. Avaliação

Alguns aspectos levantados

- Desmistificação sobre a reunião, com discussão de igual para igual
- Incentivo para discussão nos estados
- Não há mais questionamentos sobre o FBES, é hoje a principal instância organizativa do movimento
- Amadurecemos enquanto movimento, identidade, coletivo e articulação
- Saímos com mais responsabilidade do que quando chegamos, o que é positivo
- O tempo se tornou pequeno tendo em vista a quantidade de demandas para debater e a quantidade de acontecimentos desse período

- Precisamos fortalecer nossas relações de confiança
- Precisamos ser mais rígidos com essa questão de passagens e vindas e participações. Fica essa crítica para que consigamos vir e participar
- Precisamos nos apropriar mais dos conceitos que colocamos para a prática
- Que na próxima haja um momento para que as regionais possam ser encontrar

Informes

PL 865

Para iniciar a pauta foi apresentado o histórico sobre o PL 865, com a linha do tempo que pode ser acessada em: www.cirandas.net/pl865.

De modo geral, partimos com intensas mobilizações após o encaminhamento pela presidência no dia 31/0 do Projeto de Lei 865, que cria a Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa (SEMPE) e transfere a SENAES e o Conselho.

Em um curto período ampliamos nossa capacidade de mobilização, tanto em consulta por e-mail, quanto nos debates através das audiências públicas. Como consequência das mobilizações, conquistamos um espaço de diálogo com a presidência para discutir o fortalecimento das políticas públicas de ES como estratégias de desenvolvimento, que seguirá com o debate e encaminhamento da centralidade da ES como política, para além de seu local institucional. Além disso, no PPA abriu-se o programa de economia solidária.

Levamos no debate com o governo a utopia que nos move, a identidade e o horizonte.

Microempresa se relaciona com forma jurídica e a organização, já economia solidária é estratégia de desenvolvimento, de transformação da sociedade. Percebemos que a economia popular é uma fronteira importante para a economia solidária, na perspectiva de organização emancipatória.

A proposta da Frente Parlamentar de Economia Solidária era ser com participação da sociedade civil, mas no lançamento da Frente, e até agora, não houve este espaço para a sociedade.

No “Documento de negociação do movimento de Economia Solidária com o governo federal sobre o PL 865”, entregue ao Ministro Gilberto Carvalho no início de agosto, há um balanço desta mobilização, além da proposta de negociação do movimento de Economia Solidária junto à Presidência da República, a partir dos resultados das Audiências Públicas, que pode ser acessado em: <http://miud.in/Uj9>. Este documento foi apreciado por diversos ministérios e pela secretaria geral.

O governo federal colocou o PL em regime de urgência no dia 12 de agosto de 2011, e na sequência anunciou que retirará as atribuições de economia solidária do PL 865, respondendo positivamente as mobilizações do movimento de economia solidária, organizadas pelo FBES. Essa é uma vitória histórica para o movimento de economia solidária!

Nós sabemos que não queremos ficar no MTE, queremos mais estrutura, mais políticas. A retirada da ES e a manutenção do Gt dá perspectivas positivas, agora temos que manter nossa posição, nossa base.

Saída do Daniel da Secretaria Executiva

Está montando um grupo de EES, que trabalhará com sistemas de informação. Daniel entrou em 2004, ficando como articulador político em um momento e depois mudou. Agradeceu o acolhimento e generosidade do membros do FBES, feliz por fechar o ciclo do PL 865. Sua saída é por motivos pessoais, ficando até dezembro para transição.

Integrantes da Rede de Gestores na Coordenação Executiva

- Titular: Luciane Mosca - SP; Suplente: Márcia Bianchi - PR

Cabides da X Coordenação Nacional

Durante os debates da reunião, algumas pautas foram levantadas, mas não houve condições de aprofundá-las, que foram:

Construir uma pauta da proposta de políticas públicas de Economia Solidária para entregar à SENAES no atual contexto

II Encontro Nacional de Empreendimentos Solidários

Incidência na COPA 2014 e Olimpíadas

Encaminhamentos

- Coordenação Executiva, em parceria com a UNICAFES, buscam formas de incidir neste assunto
- É preciso articular com as lutas, como as de atingidos pelas obras da Copa

Data da próxima reunião da coordenação executiva nova com a antiga

Encaminhamento

- A Secretaria Executiva fará a averiguação com os novos integrantes da Coordenação Executiva para verificar a melhor data

Espaço por um Mercosul Solidário (EMS)

- Tirar as/os 2 representantes do FBES entre os membros da Coordenação Nacional
- Entidades que poderiam ser proponentes de projetos do EMS

Encaminhamento

- Rosana fica provisoriamente no EMS
- Fica a cargo da Coordenação Executiva encaminhar

Moção do CONSEA

Encaminhamentos

- Divulgar documento do CONSEA e solicitar adesões e apoios a ela.
- Fazer moção em nome da Coordenação Nacional do FBES em apoio à solicitação do CONSEA à Presidenta Dilma

Anexos

1. Lista de Participantes da X Reunião da Coordenação Nacional

PARTICIPANTES DA X REUNIÃO		
	Fórum Estadual, Entidade Nacional ou instância	Nome
01	AC	CARLOS TABORGA
02	AC	EDIVALDO PAES
03	AC	MÁRCIA LIMA
04	AL	LINDINALVA CAMARGOS
05	AL	MIRTES RAMOS
06	AL	PABLO SALGUEIRO
07	AM	MARIA BARRETO
08	AM	RONALD SEIXAS
09	AM	TATIANE VALENTE
10	AM	TEREZINHA ROSENHAIM
11	AP	CARMITA MEDEIROS
12	AP	EDNA CARVALHO
13	AP	MARIA SONALE QUEIROZ
14	BA	DÉBORA DA SILVA
15	BA	DIOGO RÊGO
16	BA	ELENEIDE CORDEIRO
17	CE	REGINALDO FIGUEIREDO
18	DF	ALEX REIS
19	DF	PAULO HENRIQUE DE MORAES
20	ES	JOÃO DOS SANTOS
21	ES	MARLI SALA
22	GO	JOANA D'ARC
23	GO	LUZIA LUZINETE DE SOUZA
24	MA	MARIA MENDES
25	MA	VALDENER MIRANDA
26	MG	JOÃO DO NASCIMENTO NETO
27	MS	DILMA DA SILVA
28	MS	SEBASTIANA DE JESUS
29	MT	CARMEM E SILVA
30	MT	LUCIANE FERREIRA
31	PA	HAILTON DA SILVA
32	PA	JOÃO CLÁUDIO ARROYO
33	PB	MARIA JOSÉ BENDITO
34	PB	REGINA DOS SANTOS
35	PE	JANDSON DE SOUZA
36	PE	ROSANA DE SOUZA
37	PI	JOSÉ DOS SANTOS
38	PI	MAURO DA SILVA
39	PI	HELEN SILVA
40	PR	JOELCI DANNACENA

41	PR	MAURÍCIO DEGELMANN
42	PR	CARLOS CAVALCANTI
43	RJ	IVANIR DE SOUZA
44	RJ	RITA DOS SANTOS
45	RJ	SÔNIA BRAZ
46	RN	LIDIANE DE JESUS
47	RN	MARIA DNTAS
48	RN	FRANCISCA DE LIMA
49	RO	ANDRÉA MENDES
50	RO	EDJALES DE BRITO
51	RO	GERALDO RONCONI
52	RR	CÉLIA DE SOUZA
53	RR	MARIA DA GRAÇA CORRÊA
54	RS	ÂNGELA GOMES
55	RS	ESTELA VILANOVA
56	RS	SUELI DA SILVA
57	SC	CARLOS EDUARDO ARNS
58	SC	KRISTIANY BENDER
59	SC	PAULO DALFOVO NETO
60	SE	GINALDO LESSA
61	SE	JOSEFA DOS SANTOS
62	SP	MAIRA ROCHA
63	SP	ROBSON GRIZILLI
64	TO	MARCOS SOUZA SILVA
65	TO	VALDIVINO SOBRINHO
66	Cáritas Brasileira	ROSANA KIRSCH
67	Cáritas Brasileira	TAUÁ PIRES
68	IMS	RIZONEIDE AMORIM
69	IMS	SHIRLEY SILVA
70	IMS	CLAUDIA MONTEIRO
71	UNISOL	JOANA PALHETA
72	UNICAFES	BÁRBARA LIMA
73	UNICAFES	MAIRA LIMA
74	UNITRABALHO	RONALDA BARRETO
75	UNITRABALHO	TATIANE VELLOSO
76	Rede de Gestores (Nacional)	MÁRCIA COSTA
77	Rede de Gestores (Sul)	SANDRA NISHIMURA
78	Rede de Gestores (Norte)	JOSÉ CARLOS GADELHA
79	Rede de Gestores (Sul)	ÊNIO BRIZOLA
80	Secretaria Executiva	DANIEL TYGEL
81	Apoio	FERNANDA NAGEM
82	Secretaria Executiva	LIGIA BENSADON
83	Secretaria Executiva	LIVIA FREITAS
84	Secretaria Executiva	RENATA CAMARGO

2. Linha do tempo do movimento

Desenvolvida coletivamente durante a mística de abertura

Anos 80

Eleições 1989 RS governo popular (Olívio Dutra)
Empresas Recuperadas Autogestionárias
Medo da Globalização – debate
Abertura Política a partir de 1985
Diretas Já!
Grandes mobilizações
Greves
Surgimento das ONGs
Cáritas, APACO, Vianeis, Camp, Assessorias
Recursos Externos
Surgem novas formas associativas junto aos movimentos sociais e igreja
Êxodo rural
Movimentos sociais – MAB, MST, MMC, CUT,
PT
Revolução Verde
Mecanização
Sementes melhoradas
Insumos químicos.
Constituinte C.F. / 88
Comunidades Eclesiais de Base – CEBS
Teologia da libertação – Ver – Julgar - Agir
Surge os SPGs

Anos 90

Apoio de Cooperações Internacionais
Primeira Política Pública de Economia Solidária
Surgimento da Rede NE “Rede Abelha”
ANTEAG 1991
Impeachment do Collor / Caras pintadas – 1992
Plano Real – 1994
ECO 92
Grito dos Excluídos – 1992
Cooperativa de Crédito Valente / BA – 1993
I Feira Santa Maria – RS 1994
Surge Catende Harmonia / Pe – 1994
Rede Ecovida – 1995
Fórum de Cooperativismo Popular – FCP / RJ – 1995
Seminário Cooperativismo São Paulo / CUT – 1995
Comitê Combate à Fome
Campanha contra a Fome – 1995
Crise intensa / desemprego
Articulação Nacional Fundos Pequenos Projetos

PACS – Projetos Alternativos Comunitários
Grandes privatizações
Grande movimento social – ES
1995 – fim da inflação
1995 – G.M decididas a vencer
Novo ciclo da ES
Articulação Mulheres - I Marcha das Margaridas
ADS / CUT / Constituição em 1999
Carta de Mendes - surge Rede Cearense, Paraense – 1999
Rede de ITCPs – Fórum Municipal Ecosol – 1998
1998 – Criação da Unitrabalho
1998 – Criação IMS
1998 – Primeiro PRONINC
GT Brasileiro
Sócio Economia Solidária
Rede Brasileira Sócio economia Solidária
Crise econômica e surgimento de EES

Anos 2000

Marcha Mundial das Mulheres – 2000
MG – Fórum Mineiro de Economia Solidária
200 – FEPES/ PA
2001 – I FSM (participação da ecosol)
GT Brasileiro de Ecosol
2002 – II FSM
Eleição de Lula / I Plenária
GT – Governo de transição – Carta ao presidente lula
2003 - FEES – SE
2003 – Rede Xique-Xique
2003 – FAES / AC
2003 – FPES / RN
Abril/2003 – FAES
2003 – II Encontro da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária – Guarapari / ES
2003 – Fórum Gaúcho EPS
2003 – Mato Grosso – Pró Fórum
2005 – Mato Grosso – Criação do Fórum Estadual
2003 – FEES / MA
2003 – FEPS / PE
2004 – Goiás – Articulação
2005 – Goiás – Criação do Fórum Estadual
2003 – Criação do FBES
2003 – Criação do Fórum Paraibano
2003 – Criação do Fórum do Distrito Federal
2003 - III FSM / I Encontro dos Empreendimentos / II e III Plenárias de Economia Solidária
2003 – Criação do FBES / da SENAES / da Rede de Gestores
2003 – Fórum Catarinense de Economia Solidária
2003 – São Paulo / Fórum de Economia Solidária de SP
2000 – GT Paraná
2003 – Fórum de Economia Solidária do Paraná

2004 – Criação do Fórum do PI
2004 – FRES / RO
2004 – Criação da lei mineira 15028 EPS
2004 – I Encontro Nacional de Trocas Solidárias
2004 – FAES / AM
2004 – GT do Mapeamento / GT de Formação
2004 – FESTO / TO
2004 / 2005 – Conselho Interlocutor do FBES / I reunião da coordenação executiva e nacional do FBES
2004 – Fundação da UNICAFES
2005 – Mapeamento / Criação da UNITRABALHO
2005 – Projeto Etnodesenvolvimento
2005 – Criação do Fórum do Mato Grosso
2005 – Criação da Lei Municipal de ES Tangará da Serra
2005 – I Mapeamento SENAES/FBES / Programa Feiras

(...) falta até 2011

3. V Plenária Nacional de Economia Solidária: Proposição de temas a partir dos Fóruns Estaduais

<p>AC: Economia Solidária como alternativa estratégica para a sociedade</p> <p>PR: Uma Nova Economia Para a Sociedade que Queremos: Novos Valores na Produção, na Comercialização, no Consumo e nas Relações de Trabalho</p> <p>MA: Trabalho, Consumo e Desenvolvimento</p> <p>SC: Discussão sobre a relação da ES com a Economia Popular</p> <p>RO: Relação com movimentos sociais, fortalecimento e apoio estrutural aos fóruns</p> <p>AL: Comercialização Solidária e Sustentabilidade</p>	<p>AP: Pela consolidação e validação das bandeiras deliberadas na IV Plenária, para melhor visibilidade da economia solidária</p> <p>BA: O papel do fórum e sua interação com a sociedade: reestruturação, concepção, papéis de seus atores e estratégias de atuação</p>	<p>CE: Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável</p> <p>GO: Por uma economia sustentável e solidária, como forma de aprofundar o tema da II CONAES</p> <p>RJ: Sustentabilidade para autonomia: geração de trabalho e renda</p> <p>RN: Fortalecer a Economia Solidária é combater a pobreza; A Economia Solidária como fonte de desenvolvimento e combate a pobreza; Economia Solidária é fonte de desenvolvimento na área rural e urbana; Por uma Política nacional Economia Solidária</p> <p>RR: Geração de trabalho e renda em cooperação de forma digna através dos mecanismos legítimo de política pública de estado</p> <p>SP: Organização do Movimento, construção e conquista de Política Pública de Estado para a Economia Solidária</p> <p>DF: Políticas Públicas para ES especificando: Marco Legal, Lei Federal, estaduais e municipais para Economia solidária, espaço institucional Federal para Economia Solidária, Finanças solidárias enfocando a Formação e</p>
---	--	--

		<p>comercialização</p> <p>PB: Construir a identidade da economia solidária no âmbito das políticas públicas</p> <p>SC: A ES como alternativa de desenvolvimento e erradicação da pobreza; Integração das Políticas Públicas; Aperfeiçoamento dos instrumentos de apoio ao fortalecimento da ES como movimento; Marco Legal (uma voltada para os EES e outra para o estado);</p> <p>RO: estruturação da política pública de economia solidária</p>
--	--	---

Objetivos

Em resumo:

- Fortalecer a institucionalidade da ecosol nos eixos da II CONAES e IV Plenária. Fortalecer economicamente as iniciativas solidárias através de políticas públicas, em específico com recurso para a produção dos EES e marco jurídico adequado.
- Rever a estrutura do FBES e definir seu papel, concepções e estratégia de atuação, fortalecendo a base.
- Maior diálogo e interação com a sociedade para divulgar e ampliar o movimento e também articulação com movimentos sociais

AC: Com base numa análise dos desafios da realidade social, avançar nas políticas públicas para a Economia Solidária a nível nacional, estadual e municipal, que os projetos sejam validados pelos fóruns estaduais, evitando a aplicação incorreta nos estados pelas instituições executoras, e cada projeto delibere um percentual para o fortalecimento dos fóruns estaduais. E ainda ampliar o leque de aproximação com os movimentos sociais.

AL: Implementação de uma política nacional de comercialização solidária e conseqüentemente, a criação de pontos fixos de comercialização, com critérios de participação, meios de controle e funcionamento.

AP: fortalecer os EES com base na sustentabilidade por meio de políticas/projetos; estratégias/linhas de financiamento público sem burocracia para os EES.

BA: Composição da coordenação executiva – reestruturação. Definir seu papel – movimento social? Demarcar suas concepções e definir sua estratégia de atuação, fortalecendo a base.

GO: Análise da conjuntura sobre os avanços e desafios da ecosol; o espaço institucional da ecosol no estado brasileiro; aprofundamento e encaminhamentos sobre os eixos prioritários aprovados na II CONAES e na IV Plenária, priorizando as finanças solidárias e a legislação; encaminhamentos objetivos sobre a consolidação das Rede de Educadores e de EES.

PR: Criar mecanismos para atingir a sociedade sobre os valores da ecosol, utilizando todos os meios de comunicação existentes disponíveis, buscando orçamentos específicos para essa finalidade; Gerir esses recursos de forma coletiva e não centralizando em uma executora, criando dentro do FBES uma comissão ou um GT de comunicação específico para essa finalidade.

RN: Ampliar atuação dos movimentos sociais na dinâmica da ecosol; Avançar no diálogo que possibilite ações de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da ecosol; integrar e fortalecer a identidade dos atores e atrizes da ecosol;

RR: Garantir uma forma jurídica específica para os empreendimentos (as formas jurídicas vigentes incluindo das cooperativas não atente as inúmeras formas de organização econômica solidária no Brasil. Políticas efetivas de estado que garanta estruturas física, e que garanta uma produção digna, isto é, local adequado para qualquer tipo de produto ou serviço. Meios de produção para aos empreendimentos de grande, média e pequena escala, adequada com tecnologia que garanta a segurança dos trabalhadores e do meio ambiente. Políticas públicas de estado para geração de trabalho e renda em cooperação de forma digna.

SP: Debater e construir formas de apoio direto aos EESs abrangendo: financiamento direto através de repasse por órgãos públicos e o fortalecimento de políticas de finanças solidárias.; apoio ao fortalecimento de redes e cadeias produtivas, por meio de políticas específicas e transferência de tecnologia; fortalecer a identidade da Economia Solidária enquanto movimento que busca um desenvolvimento baseado nos princípios da autogestão, trabalho associado, sustentabilidade, territorialidade. Nesse sentido debater: Como estamos construindo isso no movimento, na prática cotidiana e nas políticas públicas? Como avançar na construção dessa identidade e de políticas de estado baseada nos princípios que defendemos?

MA: Mobilizar a sociedade, em particular os trabalhadores para os princípios da economia solidária. Em específico, desenvolver coletivos de consumo solidário, em particular junto aos trabalhadores; Ampliar a capacidade de assessoria junto aos grupos produtivos; Mobilizar os jovens da área urbana e rural em torno da proposta de desenvolvimento da economia solidária

DF: que haja políticas públicas efetivas para a Economia solidária

PB: Avançar nas políticas públicas: Como construir? como discutir?

SC: Conseguir estabelecer diretrizes que fortaleça a ES como movimento, e como esse movimento será capaz de dialogar com os outros movimentos, ou seja, um movimento de movimentos. Como podemos trabalhar com essa diversidade para fortalecer o movimento de ES, quanto mais nos colocamos como movimento e como uma estratégia de desenvolvimento mais a nossa estratégia tem que dialogar com esses movimentos organizados. Clarear a relação da ES dentro do governo como uma ação multisetorial, a ES não pode ficar localizada no governo, ela tem que estar em múltiplos espaços.

Resultados esperados da V Plenária

- AC: Políticas públicas para fortalecer a ecosol e o FBES, e maior aproximação com movimentos sociais

- SP: Consolidar a identidade do movimento tendo claro como a economia solidária se apresenta à sociedade; criar bases para a construção de uma política de estado de apoio à economia solidária.
- MA: Indicação de coletivos regionais e formação de coletivos estaduais de consumo e Levantamento de assessoria e proposições de ação e demandas dos grupos